

Jovens moradores de periferias urbanas e a polícia militar: representações, violência e conflitualidade

Resultado de pesquisa finalizada

GT – 24: Violência, democracia e segurança. Defesa e promoção de direitos.

Melissa de Mattos Pimenta¹

Resumo:

Este trabalho aborda a problemática das relações entre jovens moradores de periferias urbanas e a polícia brasileira, especificamente a polícia militar, dando-se particular atenção aos conflitos que emergem dessas relações. Foram realizados 30 grupos focais com adolescentes entre 15 e 17 anos e jovens entre 18 e 24 anos, moradores de bairros que integram territórios de atenção do PRONASCI. Além da questão da vivência cotidiana com a polícia militar explicitada por esses jovens, o trabalho aborda também as representações que os jovens constroem sobre a instituição com base em suas experiências.

Palavras-chave: Jovens, periferia, violência policial.

Introdução

O trabalho aborda a problemática das relações entre jovens moradores de periferias urbanas e a polícia brasileira, especificamente a polícia militar, dando-se particular atenção aos conflitos que emergem dessas relações. Está baseado em parte dos resultados da etapa de pesquisa qualitativa que integrou o Projeto Juventude e Prevenção da Violência, realizado pelo Ministério da Justiça no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (Ilanud) e o Instituto Sou da Paz.

Nesta etapa, realizada entre 2009 e 2010, foram selecionadas cinco municipalidades, apresentam taxas de óbitos por causas externas tipificadas como homicídios consideravelmente altas quando comparadas às taxas para a população geral, especialmente nas faixas etárias entre 15 e 29 anos: Rio Branco, capital do estado do Acre (Norte), Recife, capital do estado de Pernambuco (Nordeste), Luziânia, município no entorno de Brasília, (Centro-Oeste), São Paulo, capital do estado de São Paulo (Sudeste) e Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul (Sul). Dentro de cada municipalidade, foram selecionados bairros com altos índices de violência, considerados focos prioritários de atenção do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI).

Foram realizados 30 grupos focais com adolescentes entre 15 e 17 anos e jovens de 18 a 24 anos, de ambos os sexos, mães de adolescentes e jovens residentes nessas localidades e policiais militares com experiência de atuação e combate ao crime nos distritos selecionados, totalizando 197 participantes, sendo 135 adolescentes e jovens. Destes, 52,6% eram do sexo masculino e 47,4% do

¹ Mestre e Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania. Email: melissampimenta@gmail.com

sexo feminino. A maioria dos participantes era de cor parda (46%) ou preta (29%), solteira e morava com a mãe ou ambos os pais.

Em relação ao grau de escolaridade, 40% não haviam concluído o Ensino Fundamental, sendo que 7% sequer chegaram à 4ª série. A média de anos de estudo é de 7,43 anos. Somente 36 declararam ter algum trabalho. A maior parte não trabalha ou respondeu estar desempregada. Considerando-se a renda obtida por meio do trabalho dos pais, irmãos e demais familiares que moram no mesmo domicílio, além de benefícios como Bolsa-Família e outros programas similares, a renda mensal declarada pelos participantes era, em geral, muito baixa: 46% declararam viver em domicílio com renda de até um salário mínimo.

Para a realização dos grupos focais, elaborou-se um roteiro de questões, com algumas atividades que propiciassem o debate, cujo principal objetivo era obter uma noção geral do grau de exposição à violência da população moradora da localidade em estudo, bem como a respeito da sua compreensão do que é violência. Dentre as atividades propostas estava a apresentação de algumas imagens que foram analisadas pelos participantes, processo denominado fotoeliciação. A fotoeliciação consiste na técnica de introduzir fotografias ou imagens em uma situação de entrevista, redefinindo as relações de pesquisa. Segundo Loeffler (2004), as imagens reduzem a assimetria entre o pesquisador e o informante (entrevistado), pois o foco passa a ser as imagens em vez do pesquisador.

O objetivo dos grupos focais era apreender, por meio da interação em grupo, as percepções, representações e inclusive terminologias próprias para se referir a atos que, por meio de análise sociológica das dinâmicas de grupo, são considerados violentos/violências. O segundo objetivo era procurar obter experiências e narrativas de exposição à violência, que permitissem compreender como adolescentes e jovens vivendo em contextos de grande vulnerabilidade iniciam carreiras criminosas, incluindo o envolvimento com drogas. As interpretações dos participantes, embora não sejam dados *per se*, tornam-se passíveis de análise, uma vez que constituem também interpretações do “mundo vivido” (Schutz e Luckmann, 1973) e referem-se ao conhecimento produzido na vivência cotidiana com a família, os amigos, os colegas de escola, na vizinhança, na comunidade.

Todas as sessões foram gravadas em áudio, e o conteúdo foi analisado empregando-se o *software* para dados qualitativos desenvolvido pela QSR™ NVivo 8.

Jovens e violência policial

Um dos aspectos mais discutidos, em todos os grupos, em todas as localidades, foi a relação com a polícia e, em especial, a Polícia Militar. É importante enfatizar a importância dessa questão nas dinâmicas em grupo focal. Embora uma das atividades introduzidas fosse a análise de imagens de policiais militares e guardas civis metropolitanos, o roteiro dos grupos focais não previa questões diretas sobre a instituição ou a relação dos moradores da localidade com as polícias que atuam nas ruas ou nas escolas, ou outras forças de segurança que tivessem tomado parte em ações recentes (como a ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, em São Paulo, e a Força Nacional de Segurança Pública, em Luziânia). As discussões foram propostas a partir das eliciações dos participantes, estimulados (ou não) pelas imagens sugeridas. Nesse sentido, cabe enfatizar a saliência do problema, uma vez que, em diversas dinâmicas, a problemática da violência policial emergiu antes da introdução de qualquer imagem alusiva à polícia ou mesmo antes do início das atividades de fotoeliciação. Estimulados ou não a falarem sobre suas relações com a Polícia Militar, o certo é que os adolescentes e jovens falam da polícia; e não apenas falam, como falam mais ou menos dependendo da localidade, da faixa etária e do gênero. Os conteúdos codificados e analisados dentro desse tópico referem-se, em sua maioria, a episódios reais vivenciados pelos próprios participantes ou testemunhados por eles (ocorridos com parentes, amigos, vizinhos, colegas e conhecidos), os quais formam a base para um conjunto de conflitos.

Além dos episódios, há várias referências, baseadas nessas experiências, que podem ser agrupadas em um conjunto de representações sociais sobre a polícia enquanto instituição de segurança pública. Entendemos as representações sociais como fenômenos cognitivos que emergem da atividade de apropriação da realidade exterior pelo pensamento e da elaboração psicológica e social dessa realidade (Moscovici, 1984). São sociais porque lidam com a realidade, especialmente no sentido socioestrutural e cultural, têm origem social e são amplamente difundidas e compartilhadas. Como resultado disso, tornam-se parte da realidade social. Sua característica mais distintiva é o fato de que são compartilhadas por muitos indivíduos e, assim, constituem uma realidade capaz de influenciar o comportamento individual (Jaspars e Fraser, 1984). Nesse sentido, constituem importante objeto de análise das relações entre jovens e a polícia. A análise dos episódios relatados, em combinação com as representações sobre a instituição, sugere uma relação simétrica, em que as representações são fundamentadas na experiência cotidiana e a experiência cotidiana sustenta as mesmas representações.

Considerando todas as referências classificadas dentro do tópico “Relações com a Polícia” como “conflitos” (relatos de conflitos com a polícia), “motivações” (explicações para o comportamento da polícia apresentados pelo grupo) e “representações” (representações do grupo sobre a polícia militar com base nas experiências vividas), foi possível observar diferenças na quantidade de referências identificadas na fala de cada grupo. De modo geral, os adolescentes e jovens do sexo masculino falaram muito mais de suas experiências com a polícia do que as do sexo feminino e houve considerável diferença entre os grupos segundo a localidade: onde mais se falou da polícia foi em Porto Alegre, seguido de Recife e Luziânia. O número de referências, embora esteja sujeito à dinâmica do grupo, tem a ver com a relevância da questão para os participantes. Não por acaso, em Porto Alegre foram ouvidos mais episódios de conflitos onde os resultados foram mais graves (lesão corporal grave e morte).

Cabe ressaltar que, em todos os grupos de moradores, sem exceção, houve relatos de conflitos com a polícia experimentados pelos próprios participantes. Isso significa que a experiência de passar por abordagens policiais e conviver com a presença da polícia no bairro faz parte do cotidiano dos participantes e constitui um dos elementos principais da formação das suas representações sobre a instituição.

Os episódios relatados são muitos e podem ser somados às experiências pessoais e testemunhos, já analisados nas seções específicas para cada localidade. Eles foram classificados em sete modalidades:

Tabela 1 – Relatos de conflitos com a polícia, segundo os participantes

Episódio	Exemplos
Espancamento	<i>“Eu peguei e gritei com o policial, que não precisava fazer isso (...) ele pegou assim ‘Ai, tu cala a boca, vagabundinha!’, eu falei, ‘Vagabunda é a tua mãe!’, aí ele veio correndo e me tirou de dentro do bar. Chegaram a filmar pra mandar pros, até há pouco tempo, deu o meu caso, aí numa reportagem, porque deram com a minha cabeça aí no carro, tudo, deram, me bateram muito, me largaram na pracinha. Os policiais, os boy. E não me levaram presa, pro fórum.”(Jovem moradora da Vila Bom Jesus, Porto Alegre, RS)</i>
Invasão de domicílio	<i>“Eles entram de todo jeito na nossa casa, sem licença, como um dia lá em casa. Os policial entraram lá em casa revirando tudo, sem licença nenhuma, falando que tinha bandido aí dão drogas, aí reviraram tudo na nossa casa.” (Adolescente moradora do Jardim Ingá, Luziânia, GO)</i>
Abuso de poder	<i>“Tem a minha prima, nós tava tudo em grupo. (...) Tava todo mundo de</i>

roda fumando maconha (...) aí quando vê, tava um monte de turminha de guria, aí quando vê, os policial pararam, 'Tá fumando. Vamo levar todas vocês pro coiso'. E aí como que eu era menor, a mais menor, eles não me levaram. Mas levaram as guria, chegaram a levar as guria pra delegacia. Aí a minha prima, conta até hoje, a minha prima teve que dar pros sete, pra não ir presa. Ela conta até hoje, ela foi rasgada, costurada, e até hoje ela não pode dizer que foi os policial. Ela só pode dizer que tava chapada e não sabe quem é, inventou as pessoa. Ela conta até hoje, ela não pode ter filho, porque os sete estupraram ela.” (Jovem moradora da Vila Bom Jesus, Porto Alegre, RS)

Humilhação *“A Rota (...) aí ela enquadrrou, só porque os moleques tavam voltando de uma festa, era de madrugada. Aí botou os moleques, sabe a descida aqui? Botaram de joelhos, pra descer de joelho, até na casa deles.” (Adolescente morador da Brasilândia, São Paulo, SP)*

Falta de atendimento *“Aqui na praça mesmo, os policial renderam um cara com duas pedra, pegaram as pedra, deram uns tapa no cara e liberaram. Que que adianta? Adianta ter policial na comunidade? Por isso que a comunidade não emprega, não chama a polícia pra nada. A comunidade faz mesmo com as próprias mãos. Faz justiça com as próprias mãos.” (Jovem morador do Ibura, Recife, PE)*

Corrupção *P1: Rola muita aqui mesmo. A polícia aborda a pessoa...
P2: ... em vez de te prender...
P1: ...em vez de te prender, autuar, ela te dá um cacete, e manda cê embora e fica com o revólver da pessoa!
P3: E não leva pro CIOPS
P1: Vocês lembram do M...? Levaram o M..., prenderam o M..., o M... tava com um 38, botaram um 32 no lugar do 38 dele, e fizeram a ocorrência.
(Grupo com jovens moradores do Jardim Ingá, Luziânia, GO)*

Abordagem *“Porque a Rota é preparada pra atirar. Que nem o meu irmão, tava subindo co'a moto, daqui a pouco ele passou, os policial viu ele tipo co'a moto, passou direto. Os policial queria que ele parasse. Como que ele vai saber que o polical queria que ele parasse, se não deu nenhuma sirene? Meu irmão pegou, tava sem os documento da moto (...) daqui a pouco ele voltou, quando ele volta, os policial descendo atirando sem ele saber. Daqui a pouco ele para em casa, pega o documento dele, os policial vê que ele trabalha, pô, e o cara no chão.” (Jovem morador da Brasilândia, São Paulo, SP)*

Preconceito/ discriminação/ racismo *P2: Assim, pra mim racista é quando ele vem pra conversar. Mas ele não conversa, ele vem na ignorância. Ele chega xingando, gritando, falando coisas feias, que a gente não gosta nem de repetir, sabe? Que eles vêm falando coisas sujas, vêm assediando as menores, assim, sabe? Pra mim isso é um racismo, porque eles tão pensando que a gente é*

suja. Suja por dinheiro. (Grupo com adolescentes moradoras da Vila Bom Jesus, Porto Alegre, RS)

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Projeto Juventude e Prevenção da Violência, 2010.

A experiência de conflitos repetidos com a polícia no cotidiano, compartilhada por parentes, amigos, vizinhos, colegas e conhecidos em contextos sociais onde esses episódios são circulados contribui para consolidar um conjunto de representações fortemente negativas acerca das forças policiais como um todo. Essas representações, por sua vez, podem gerar novos conflitos, na medida em que a expectativa de determinados comportamentos por parte dos atores sociais envolvidos predis põe os mesmos a adotarem atitudes em conformidade com essas mesmas representações. Isso ficará mais claro quando analisamos o que a polícia tem a dizer a respeito das formas de aproximação em relação à população e às atitudes suspeitas.

De modo geral, as representações sobre a polícia são bastante recorrentes, em todos os grupos, nas cinco localidades analisadas. Foi possível agrupá-las em seis grandes tipos. Para cada tipo procurou-se reproduzir, de maneira sintética, a ideia expressa pelo conjunto de referências agrupadas como “representações” sobre a polícia que mais se aproximavam entre si. Em seguida, foi analisada de que forma essas ideias se ligam aos episódios relatados pelos participantes e às falas dos grupos de policiais militares.

As referências mais recorrentes referem-se à ideia de que a polícia “bate”, “espanca”, “invade”, entre outras ações em que o uso da força é considerado excessivo e incorre em agressões verbais, físicas ou até mesmo a morte, como por exemplo, *“E eles sabem bater pra não deixar marca”* (Luziânia) e *“Tem policial que pega mesmo pra matar”* (Recife). Esse conjunto de referências deu nome à representação de que “a polícia é truculenta” e pode ser apoiada pelos episódios de espancamento, abuso de poder e humilhação relatados pelos participantes.

Em segundo, as referências mais recorrentes são aquelas que se referem à ideia de que a polícia trata indiferentemente bandidos e “trabalhadores” em uma mesma localidade. Ao tratar todos como suspeitos, não distingue o “cidadão de bem” dos “malandros”, conferindo aos adolescentes, jovens e adultos tratamento considerado impróprio, abusivo ou mesmo vexatório, com por exemplo: *“Os policiais confundem você com o traficante, já chega atirando”* (São Paulo) e *“Eles não perguntam se você trabalha”* (Luziânia). Esse dado é extremamente importante quando levamos em consideração o fato de, em todas as localidades estudadas, os participantes terem revelado forte sentido de comunidade. Em outras palavras, em bairros onde todos se conhecem, havendo clareza a respeito do papel de cada um (quem é quem, cada qual em seu lugar), o tratamento indistinto de “todos são suspeitos até que se prove o contrário” é amplamente rejeitado pelos moradores, tomado inclusive como discriminação. Esse conjunto de referências deu nome à representação de que a “a polícia não distingue” a qual é apoiada pelos episódios de abordagem (com resultados conflituosos ou não).

Apesar dessa percepção de que a polícia não é capaz de distinguir quem é quem na localidade onde atua, há uma clara noção de que certos tipos são mais visados do que outros e o fato de ser morador de um bairro considerado violento ou periférico é o que explicaria a atitude de tratar as pessoas com desconfiança ou suspeita, como por exemplo, a ideia de que quem mora na favela é suspeito (*“Eles acham que os de vila são os mais traficante, os mais chinelo.”* Porto Alegre) Nesse sentido, a conduta discriminatória seria fundamentada em características físicas, demográficas, sociais e raciais. Em conjunto, elas formam a representação de que “a polícia discrimina” e é interessante observar que os participantes, especialmente adolescentes e jovens, têm bastante clareza dos tipos físicos, das roupas e acessórios, bem como dos modos de andar e falar que mais chamam atenção da polícia, tendo desenvolvido algumas estratégias para evitar a abordagem.

Outras referências bastante recorrentes são as de que os policiais estão envolvidos com o tráfico e outros esquemas ilícitos, o que gera atitudes de desconfiança por parte da população. Essa noção é fundamentada por relatos vivenciados ou testemunhados de suborno, extorsão, desvio de dinheiro, drogas e armas apreendidas, coação de testemunhas, entre outras práticas de corrupção que formam a representação de que a “a polícia é corrupta” e, por essa razão, os criminosos continuam atuantes.

Há ainda outro conjunto de referências, ligadas à representação de polícia truculenta, mas que se distinguem desta porque procuram dar sentido à violência policial e contêm motivações e argumentos para as abordagens que resultam em conflito. O que explicaria a atitude (violenta) da polícia não seria o uso legítimo da força, mas antes algumas atitudes indicadoras de diferença, em uma relação de tipo dominador/dominado, características da atitude autoritária. Elas formam a representação de que “a polícia é autoritária” e, por essa razão, age de maneira violenta, como por exemplo, “*Policial quer se impor no meio das pessoa normal*” (Luziânia) ou “*Só porque usa farda quer ser mais homem que os outro*” (Rio Branco).

Finalmente, agrupam-se as referências sustentadas pelas experiências em que os participantes sentiram que não foram atendidos pela polícia ou que esta demorou demais em atender a ocorrência, contribuindo para formar a representação de que “a polícia é leniente”. Essa representação também está ligada à de que a polícia não distingue, sugerindo que existe uma expectativa em relação à ação das forças de segurança, nem sempre corroborada pela experiência, do que é (ou deveria ser) o trabalho de polícia. Em linhas bastante gerais, percebe-se que não há uma rejeição propriamente dita da repressão policial, e sim da ação indiscriminada em sua forma mais truculenta. Pode-se dizer, portanto, que a expectativa é de um trabalho constante, de policiamento ostensivo, onde há abordagens, autuações, flagrantes e prisões, mas somente em relação às pessoas efetivamente envolvidas com o crime (incluindo usuários de drogas) e de providências cujo caráter não é preventivo.

A polícia e os moradores

Mas que explicações podem ser encontradas nas falas dos policiais militares acerca de suas ações e dos inúmeros relatos de abuso de poder, uso excessivo da força nas abordagens, corrupção e leniência? Uma das justificativas para a dificuldade de efetuar flagrantes e prisões de jovens reconhecidamente envolvidos em crimes é a “falta de provas”. Em outras palavras, sem o trabalho efetivo de investigação da polícia civil, a polícia militar não consegue realizar o trabalho de retirar o criminoso do espaço público. Essa tese explicaria a representação de que “a polícia é leniente” ao não tomar atitude contra pessoas sabidamente criminosas, pois nesse caso as ações só poderiam se efetuar em situações de flagrante delito ou mediante provas (fornecidas pelos órgãos e setores competentes). Outra forma de justificar as dificuldades de atuação – que contribuiriam para explicar as referências à demora em atender ocorrências – é a falta de efetivo de alguns dos batalhões onde foi realizada a pesquisa. Juntamente com a ineficiência na cooperação com o trabalho por parte da polícia civil, esse seria um dos fatores por trás da má qualidade do atendimento das forças de segurança.

Contudo, parte importante da dificuldade de atuação é repassada para a comunidade. É interessante observar que, embora os policiais reconheçam que existe o temor, por parte dos moradores, de passar informações para a polícia, devido ao poder de intimidação exercido por criminosos que atuam nas regiões analisadas, essa atitude é vista antes como “conivência” do que opressão. Nesse sentido, os esforços em obter a colaboração da população são frustrados mediante a atitude de não cooperação, vista como “medo da polícia”, “falta de respeito”, “proteção aos bandidos” e outras formas de generalização que, na realidade, acirram conflitos já colocados entre a polícia e a população.

“Porque, por incrível que pareça, hoje ainda, existe, as criança, a cultura, elas, é mais de se bandear pro lado do mundo crime, ajudar, prestar uma informação pro bandido,

falando assim, do que pra polícia. (Grupo com policiais militares que atuam na ZAP-5, Rio Branco, AC)

Em primeiro lugar, as enunciações de policiais nos diferentes grupos, mesmo que em localidades diversas, foram similares no que diz respeito ao seu papel. Nesse sentido, vê-se sobretudo como responsável pela manutenção da ordem e do controle social, de modo que prevalece, nas falas dos policiais, a necessidade de “estabelecer a ordem”, de “se impor”, de “ser enérgico”. A justificativa para essa atitude é o imperativo do respeito à polícia, obtido por meio da capacidade de repressão.

Segundo, as formas de aproximação da polícia em relação aos moradores, especialmente em localidades como as que foram estudadas, são fundamentadas em um conjunto de noções acerca da “atitude suspeita” consistente com estereótipos históricos que atribuem à população moradora de favelas e bairros periféricos o estigma de “populações perigosas” onde a pobreza é fortemente associada à marginalidade. Entre as principais generalizações encontradas nos grupos de policiais, estão o comportamento violento ou resistente à abordagem, o que justificaria, inclusive, a necessidade de ações mais “enérgicas” por parte da polícia.

“Você tem que ser enérgico. Às vezes acha que é truculência. Não é truculência, é por que nós sabemos que se você chegar pedindo, você apanha. A cultura aqui, é dessa aí, é desse tipo. É igual o que ele falou, o cara vem lá do Nordeste, bravo lá, quando chega aqui você fala com ele, ele quer te bater.” (Grupo com policiais militares que atuam no Jardim Ingá, Luziânia, GO)

Outras generalizações referem-se a um conjunto de comportamentos e atitudes consideradas “fora da ordem”, como estar no lugar “errado” na “hora errada” e ostentar atributos não condizentes com a condição sócio-econômica predominante da localidade. Geralmente, refere-se a situações em que as pessoas (especialmente adolescentes e jovens) estão na rua, em grupo, à noite, ou então usando roupas, adereços e calçados de alto valor. É importante ressaltar que a noção do que é “ordem” e do que está “fora da ordem” é arbitrária. Trata-se de uma construção social, não necessariamente compartilhada pela polícia de forma homogênea, baseada em representações e estereótipos sobre o comportamento dos jovens.

“À noite, passou de dez horas da noite, assim, eu como policial, já é suspeito. Passou de dez horas da noite é suspeito! Quem depois de dez horas da noite vai tá na rua, duas, três pessoas, duas, três horas da manhã, tá fazendo o quê na rua, se a noite foi feita pra dormir? Um ou outro caso o cara vai tá numa festa, vai tá num barzinho, num negócio, passou das dez horas da noite, é suspeito. (...) O que vai tá fazendo na rua, duas, três horas da manhã, numa favela, em grupinho, numa esquina, coisa boa num tá fazendo.” (Policial militar que atua na UR-1 Ibura, Recife, PE)

Considerações finais

As generalizações expostas acima, quando comparadas às representações dos adolescentes e jovens sobre a polícia tipificadas anteriormente, permitem estabelecer algumas considerações, a partir das quais se pode refletir criticamente acerca da relação entre a polícia militar e a população civil.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que as expectativas da população acerca do trabalho da polícia e do papel das forças de segurança pública (presença da polícia no bairro, policiamento ostensivo, exigência de patrulhas e guarnições em postos de saúde e escolas e mesmo de abordagens e

apreensões) não difere do que se tem feito até agora como trabalho policial de prevenção à violência. O principal ponto de conflito parece ser a efetivação de ações como autuações, prisões e soluções de crimes que dependem, de um lado, de fatores sobre os quais os moradores não possuem conhecimento ou controle (como capacidade operacional das forças policiais, procedimentos, provas, circunstâncias) e, de outro, de comunicação entre polícia e moradores (informações que não são passadas sobre suspeitos por medo e intimidação de grupos envolvidos com atos ilícitos).

Pode-se dizer que as forças policiais têm manifestado pouca compreensão do “sentido de comunidade” verificado em localidades como as estudadas na pesquisa, especialmente no que se refere à partilha de informações e denúncia. É preciso ter clareza de que nos bairros onde grupos organizados ou não envolvidos com atos ilícitos, o simples fato de ser visto em contato ou comunicação com a polícia, ainda que de forma involuntária (como por exemplo, ser parado ou abordado na rua para obter informações) é suficiente para dar margem à suspeita de cagaetagem. O risco de sofrer sanções por parte de criminosos por meio da interpretação dessas interações na ótica da delação é um dos principais fatores a fomentarem o “medo” da polícia e a atitude de desconfiança por parte de moradores em relação ao policial. Nesse sentido, é equivocada a ideia de “convivência” com o crime, exatamente porque a polícia é um ator social que interage de forma pontual na comunidade, e não cotidiana ou diariamente – ou seja, ela vai embora, enquanto o bandido fica para acertar as contas. As atitudes de aproximação/distanciamento em relação à polícia, portanto, não são exclusivamente pautadas pelo indivíduo e seus valores, mas, sobretudo, mediada pelas relações de força internas à comunidade. Em outras palavras, em uma relação de dominação entre criminosos e moradores, as ações individuais são mediadas pela opressão. Desse modo, é necessário garantir condições para que as informações e denúncias possam ser efetuadas sem os riscos implicados nessa relação.

Em segundo lugar, é preciso considerar que, da mesma forma que os participantes produzem representações sobre a polícia com base em suas experiências vividas, a polícia também produz representações sobre o suspeito, com base em suas experiências de abordagem, tipos mais frequentemente envolvidos com certos delitos e localidades onde determinadas ocorrências se concentram. Esse tipo de experiência, porém, é oriunda de um duplo viés: de um lado, de mecanismos históricos que, segundo Pedrosos (2006) têm se perpetuado na produção de estereótipos e representações sobre o suspeito e o criminoso nos contextos sociais caracterizados pela pobreza e pela violência; de outro, nas teses que tendem a associar criminalidade, violência e pobreza e, dessa forma, a homogeneizar grupos sociais, contextos socioeconômicos e realidades em uma única chave explicativa.

“Então ali é um foco pra sair os perturbadores da sociedade, porque se não tiver um apoio do Estado, automaticamente quando eles forem crescendo um pouquinho eles vão ganhar, porque eles vão ver o ambiente, fazer o que dentro de casa? Num tem comida, num tem uma estrutura física pra gente permanecer dentro de casa, num tem um apoio, que nem eles já falaram aí tudinho, lazer, essas coisa aí pra acompanhar, vão cair mesmo no mundo do crime. O Estado quem paga, a sociedade quem vai pagar.” (Grupo com policiais militares que atuam na ZAP-5, Rio Branco, AC)

A principal consequência desse viés é a discriminação do jovem, especialmente do sexo masculino, que vive em favelas e bairros periféricos como suspeitos em potencial de envolvimento com atos ilícitos e a extensão dessa suspeita aos demais grupos na qualidade de parentes e amigos “coniventes”. A violência policial que daí emerge pode ser entendida tanto no sentido de romper com essa convivência, como no sentido da dificuldade de lidar com a “lei do silêncio”, entendida como “resistência” à ação da polícia.

Boa parte desses conflitos advêm de representações acerca da “ordem”, do “correto” e do “moral” que tendem a discriminar práticas de sociabilidade juvenis no contexto de atuação policial. A

ideia de que o jovem precisa ou deve estar em espaços destinados a ele (casa dos pais, escola, quadra de esportes) delimita ou impede a apropriação de outros espaços de sociabilidade e lazer (como a esquina e a rua) como lugares onde os adolescentes e jovens também circulam e desenvolvem atividades de interação social e lazer. Conviver, estar, morar no bairro não significa apenas atravessar o território de um lugar a outro, mas circular, se encontrar, modificar e transformar a rua em campo de futebol, a esquina, a viela, o escadão, em ponto de encontro.

Outra ideia equivocada é a de que adolescentes e jovens são todos iguais, podendo ser identificados por meio de práticas (uso de gíria, jeito de andar, de cumprimentar os outros) ou atributos (roupas, calçados e adereços) característicos. Trata-se de um olhar que não distingue ou não procura distinguir entre os jovens culturas e identidades próprias, mas associar um conjunto de características ao estereótipo do bandido, “malandro” ou suspeito de envolvimento com atos ilícitos, predominantemente do sexo masculino e que acaba por obliterar fronteiras entre grupos.

Uma vez que a maioria dos bandidos pertence às comunidades, ou seja, são “malandros de dentro”, as práticas e atributos às quais esses jovens aderem se aproximam dos seus grupos de pares. Em outras palavras, nem sempre usar brincos, ostentar tatuagens e correntes, usar camisetas, bermudas e tênis de determinado modelo ou marca é característica exclusiva do “malandro”, podendo ser um estilo ou identidade construída, apropriada e compartilhada por jovens que não se situam exclusivamente em grupos distintos de “malandros” e “não-bandidos”.

Nessa perspectiva, saber “quem é quem” dentro de uma comunidade parece ter mais sentido do que rotular e classificar indivíduos e grupos segundo estereótipos formados a partir de experiências e práticas (de abordagem, autuação e prisão) generalizadoras e homogeneizadoras.

Em terceiro lugar, os conflitos que emergem dessa relação têm sido interpretados, tanto por parte dos moradores, como por parte da polícia, sempre como responsabilidade do outro. Uma das hipóteses explicativas para isso tem a ver com o viés produzido pela situação de entrevista em grupo focal, na qual ocorre a manipulação das impressões sobre si próprios aos moderadores e assistentes, representantes de instituições de “fora” da comunidade ou da força policial. No caso dos grupos focais, tanto os participantes, como os policiais, se apresentaram aos pesquisadores como “vítimas”, seja das forças policiais, seja das condições de trabalho, da má vontade da população e outros fatores que dificultam essa relação. Ao se imiscuirem de seu papel na relação, justificam o conflito, contribuindo inclusive, para perpetuá-lo.

Um exemplo são as práticas de “resistência” à atuação policial, como “ponderar” (termo utilizado pela polícia para se referir à falta de aceitação e colaboração com os procedimentos de abordagem) e o “desacato”, que justificariam ações “enérgicas.” Cabe considerar se, nessas atitudes, não estão envolvidas representações da polícia como “truculenta” e “autoritária”, bem como as experiências vivenciadas ou testemunhadas de violência policial, que fomentam sentimentos negativos em relação à instituição.

Referências bibliográficas

- Cano, I. e Santos, N. (2007) *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*, Rio de Janeiro: 7Letras.
- Fonseca, C. (2004) *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Frosch, S. et al. (2000) *Young masculinities – understanding boys in contemporary society*. New York: Palgrave.
- Green, E. et al. (2000) Contextualizing risk and danger: an analysis of young people’s perceptions of risk. *Journal of Youth Studies*, v. 3, n. 2, p. 109-126.

- Jaspars, J. e Fraser, C. (1984) Attitudes and social representations. In: Moscovici, S.; Farr, R. M. (Eds.). *Social representations*. Cambridge University Press.
- Loeffler, T.A. (2004) A photo elicitation study of the meanings of outdoor experiences. *Journal of Leisure Research*, v. 36, n. 4, p. 536-556.
- Miguel, N., Maia, A. e Gomes, C. (2000) Traços, laços e dependência (A experimentação de drogas). In: Pais, J.M. (Coord.). *Traços e riscos de vida*. Porto: Ed. Ambar.
- Mingardi, G. (2007) O trabalho da inteligência no controle do crime organizado. *Estudos Avançados*, v. 21, p. 51-69.
- Morgan, D. (1998) *Focus groups as qualitative research*. Newbury Park, Sage Publications.
- Moscovici, S. e Farr, R. M. (1984) (Eds.). *Social representations*. Cambridge University Press.
- Pais, J. M. (2003) Grupos juvenis: condutas e imagens. In: Pais, J. M. et al. (Orgs.). *Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo*. Portugal: Ed. Certa.
- Parker, J. (2000) *Structuration*. Buckingham: Open University Press.
- Pedroso, R. C. (2006) *Violência e cidadania no Brasil: 500 anos de exclusão*. São Paulo: Ed. Ática.
- Schutz, A. e Luckmann, T. (1973) *The structures of the life-world*. Evanston: Northwestern University Press, v. 1.
- Silva, L. A. M. da (2008) (Org.). *Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- Zaluar, A. (2004) *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.